

GUIA PRÁTICO SUBSÍDIO DE DOENÇA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Subsídio de Doença
(5001 – v4.17)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

PAGINAÇÃO

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Fevereiro 2011

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| A – O que é? ----- | 4 |
| B1 – Quem tem direito? ----- | 4 |
| B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber? ----- | 7 |
| C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar? ----- | 7 |
| D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber? ----- | 11 |
| D2 – Como posso receber? ----- | 14 |
| D3 – Quais as minhas obrigações? ----- | 15 |
| D4 – Por que razões termina? ----- | 16 |
| E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável ----- | 17 |
| E2 – Glossário ----- | 18 |
| Perguntas Frequentes ----- | 19 |

| |
|--|
| A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei. |
|--|

A – O que é?

É um apoio pago em dinheiro para compensar a perda de rendimentos do trabalhador que não pode trabalhar temporariamente por estar doente.

B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito ao subsídio de doença

Quem não tem direito ao subsídio de doença

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio de doença

Qual é o prazo de garantia

Qual é o índice de profissionalidade

O que conta para o índice de profissionalidade

Quem tem direito ao subsídio de doença?

- Trabalhadores por conta de outrem (a contrato) a descontar para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico.
- Trabalhadores independentes (a recibo verdes ou empresários em nome individual), desde que até 31 de Dezembro de 2010 estivessem no *esquema de protecção alargado*.

Nota: A partir de 1 Janeiro de 2011, todos os beneficiários abrangidos pelo regime de segurança social dos trabalhadores independentes passam a estar abrangidos na protecção na doença. No entanto, os beneficiários que estavam abrangidos pelo esquema obrigatório têm de estar seis meses inscritos e com descontos efectivos no novo regime para terem direito ao subsídio de doença. Assim, os beneficiários que estavam abrangidos pelo esquema obrigatório em Dezembro de 2010, só têm direito ao subsídio de doença se a data do **início** da incapacidade ocorrer a partir de Julho de 2011.

- Beneficiários do Seguro Social Voluntário que:
 - Trabalhem em navios de empresas estrangeiras (trabalhadores marítimos e vigias nacionais)
 - Sejam bolseiros de investigação científica
- Beneficiários a receberem indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional que estejam a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social e desde que o valor da indemnização seja inferior ao subsídio de doença (O subsídio de doença é igual à diferença entre o valor do subsídio e o valor da indemnização).
- Beneficiários a receberem pensões por acidente de trabalho ou doença profissional desde que estejam a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.

- Beneficiários a receberem pensões com natureza indemnizatória desde que estejam a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Beneficiários em situação de pré-reforma que estejam a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Trabalhadores no domicílio, que até 31 de Dezembro de 2010 tivessem optado pelo esquema de protecção alargado.

Nota: A partir de 1 Janeiro de 2011, todos os trabalhadores no domicílio passam a estar abrangidos pela protecção na doença. No entanto, os beneficiários que estavam abrangidos pelo esquema obrigatório têm de estar seis meses inscritos e com descontos efectivos no novo regime para terem direito ao subsídio de doença. Assim, os beneficiários que estavam abrangidos pelo esquema obrigatório em Dezembro de 2010, só têm direito ao subsídio de doença se a data do **início** da incapacidade ocorrer a partir de Julho de 2011.

Quem não tem direito ao subsídio de doença?

- Trabalhadores na pré-reforma que não trabalhem nem descontem para a Segurança Social
- Pensionistas a receber Pensão de Velhice ou Pensão de Invalidez
- Quem estiver a receber Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio de doença?

1. Ter um *Certificado de Incapacidade Temporária* (CIT) para o trabalho passado pelo médico do Serviço Nacional de Saúde (baixa).
2. Ter os descontos para a Segurança Social em dia até ao fim do 3.º imediatamente anterior àquele em que teve início a incapacidade, se for trabalhador independente (a recibos verdes ou empresário em nome individual) ou estiver abrangido pelo seguro social voluntário.

Nota: A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio de doença a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário readquire o direito ao subsídio desde que regularize a situação contributiva nos 3 meses subsequentes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

Caso regularize a situação contributiva fora do prazo, mas dentro do período de concessão do subsídio, retoma o direito ao subsídio a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a regularização da situação contributiva.

3. Cumprir o prazo de garantia.

4. Cumprir o índice de profissionalidade (esta condição não se aplica aos trabalhadores independentes e aos trabalhadores marítimos.)

Importante 1: Os trabalhadores por conta de outrem (contrato) para terem direito ao subsídio de doença, para além de terem de apresentar o Certificado de Incapacidade Temporária para o trabalho (CIT), tem de ter cumprido em **simultâneo** o prazo de garantia e o índice de profissionalidade.

Qual é o prazo de garantia?

Para ter direito ao subsídio de doença, no dia em que deixa de trabalhar por doença, tem de ter trabalhado e descontado durante **seis meses (seguidos ou não)** para a Segurança Social ou outro sistema de protecção social que assegura um subsídio em caso de doença.

Nota:

- Os beneficiários que descontam pela primeira vez para a Segurança Social, têm de ter seis meses efectivos de descontos ou seja, se a data do **início** da incapacidade ocorrer no 6.º mês de descontos, o beneficiário não tem direito ao subsídio de doença.
- Se o beneficiário tiver seis meses seguidos sem descontos ou se tiver esgotado o período máximo de concessão do subsídio de doença, é necessário que cumpra novo prazo de garantia (descontar novamente durante 6 meses, seguidos ou não) para voltar a ter direito ao subsídio de doença.
- O novo prazo de garantia começa a contar a partir da data em que ocorra um novo desconto.

Qual é o índice de profissionalidade?

Para ter direito ao subsídio de doença tem de ter trabalhado pelo menos 12 dias nos primeiros quatro meses dos últimos seis. Estes seis meses incluem o mês em que deixa de trabalhar por doença.

- **Os 12 dias de trabalho podem verificar-se num só mês ou resultarem da soma dos dias de trabalho ocorridos durante os 4 meses imediatamente anteriores ao mês que antecede o da data de início da baixa.**

Nota: Se o beneficiário tiver uma nova incapacidade e se não tiverem decorrido 60 dias desde o fim da baixa anterior, não precisa de trabalhar 12 dias para ter direito a novo subsídio de doença.

O que conta para o índice de profissionalidade?

- Dias de trabalho
- Dias de baixa (se esta tiver começado nos 60 dias a seguir ao final da baixa anterior).
- Dias em que esteve a receber subsídio por protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adopção do sistema previdencial.

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com

Pode acumular com

Outros produtos relevantes

Não pode acumular com:

- Pensão de Invalidez
- Pensão de Velhice
- Subsídio de Desemprego
- Subsídio Social de Desemprego
- Subsídios por protecção na parentalidade, na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, no âmbito do sistema previdencial e do subsistema de solidariedade.
- Prestações do subsistema de solidariedade, com excepção do rendimento social de inserção.

Pode acumular com:

- Prestação compensatória dos subsídios de férias e natal
- Rendimento social de inserção

Outros produtos relevantes

Subsídio de Doença por Tuberculose - em caso de tuberculose.

Doença Profissional - certificação – em caso de doença profissional.

Subsídio parental, parental alargado, por adopção, para assistência a filho com deficiência ou doença crónica - em caso de doença do beneficiário, a concessão destes subsídios pode ser suspensa e atribuído o subsídio de doença, desde que haja comunicação à segurança social e apresentação de certificação médica.

Subsídio parental inicial e por adopção – em caso de internamento do progenitor ou da criança, a concessão destes subsídios pode ser suspensa e atribuído o subsídio de doença ou o subsídio por assistência a menores doentes, consoante o caso, desde que haja comunicação à segurança social e apresentação de certificação do hospital.

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários

Documentos necessários

Quem pode passar o CIT

O que fazer com as 3 cópias do CIT

Algumas situações específicas

Até quando se pode pedir

Formulários

141.10 - CIT – Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Doença (baixa)

E115 – Pedido de subsídio para os trabalhadores migrantes

E116 – Relatório médico

RP5003 – Requerimento de prestações compensatórias (ver Prestações compensatórias do subsídio de férias, Natal ou outros semelhantes)

GIT37-DGSS -Declaração de Acidente - Subsídio de Doença

Documentos necessários

Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Doença (CIT), que pode ser emitido pelos Serviços de Saúde electronicamente ou em papel.

O **Certificado de Incapacidade Temporária (CIT)** é o documento passado pelo médico que, além de confirmar a incapacidade do beneficiário e a natureza da doença, indica também se se trata de uma **baixa inicial** (início da incapacidade) ou de uma **prorrogação** (prolongamento) da baixa.

Quem pode passar o CIT

- Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde
- Hospitais (excepto serviços de urgência)
- Serviços de atendimento permanente (SAP)
- Serviços de prevenção e tratamento da toxicodependência

O que fazer com as três cópias do CIT

O **original em papel**, depois de autenticado pelos serviços de saúde, é enviado pelo beneficiário para a Segurança Social.

No caso de **emissão electrónica**, o CIT é enviado pelos serviços de saúde à Segurança Social.

O **uplicado** fica com o beneficiário, como prova da situação de incapacidade e para ser apresentado nos serviços de saúde, se precisar de prolongar a baixa.

O **triplicado** é entregue pelo beneficiário aos seus empregadores, para justificar a baixa.

Nota: Os Certificados de Incapacidade enviados (electronicamente) pelos Centros de Saúde para os Centros Distritais, só é dada uma via ao beneficiário para este a entregar à entidade empregadora. Assim, caso o beneficiário queira ficar com um comprovativo do CIT pode fazer uma cópia.

Algumas situações específicas

Se ficou doente fora de Portugal

- **Num país que não pertence à União Europeia ou Islândia, Noruega, Linstenstaina e Suíça**

O certificado de doença tem de ser autenticado pelos serviços consulares portugueses ou seguir um modelo que seja válido também em Portugal (definido por legislação internacional).

- **Num país da União Europeia, Islândia, Noruega, Linstenstaina e Suíça**

No caso da doença ocorrer durante uma curta estada noutro Estado-Membro o trabalhador deve pedir ao médico do serviço de saúde que passe um certificado comprovativo da sua incapacidade para o trabalho com indicação da sua duração provável. O trabalhador deve enviar esse certificado, directamente, ao Centro Distrital com indicação do nº NISS, **no prazo de cinco dias úteis** a contar do início da incapacidade para o trabalho.

O trabalhador deve também comunicar, imediatamente, a baixa por doença à entidade patronal.

Em caso de estada prolongada/ residência noutro Estado-Membro, o serviço de saúde faz o acompanhamento e o controlo da incapacidade para o trabalho e transmite a informação directamente ao Centro Distrital em Portugal.

- **Num país com o qual existe uma Convenção/ Acordo bilateral que regula a concessão de subsídio de doença (Brasil, Cabo Verde, Marrocos, Tunísia)**

O trabalhador deve contactar o serviço de saúde que comprova a sua incapacidade para o trabalho e faz o controlo das baixas. Deve indicar o nº NISS da segurança social portuguesa para que a instituição de segurança social do país em causa transmita os atestados ao Centro Distrital em Portugal.

Se é trabalhador marítimo e ficou doente a bordo dum navio (com uma bandeira que não seja de um país que pertence à União Europeia, ou da Noruega, Islândia, Linstenstaina e Suíça ou de outro país com o qual existe uma Convenção/ Acordo bilateral - Andorra, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá (e Canadá-Quebeque), Chile, Estados Unidos da América, Marrocos, Reino Unido (Jersey, Guernesey, Alderney, Herm, Jethou e Man - Ilhas do Canal); Tunísia; Venezuela e Uruguai)

É o empregador que tem de enviar o documento médico que certifica a doença.

Se a incapacidade for resultante de acidente de trabalho

- Se for trabalhador por conta de outrem (a contrato) a descontar para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico e ainda administradores,

directores e gerentes de empresas (quando remunerados), a responsabilidade pelo pagamento das indemnizações é da companhia de seguros, onde o empregador tenha os seus trabalhadores segurados.

No caso da entidade empregadora não ter seguro, é da sua responsabilidade o pagamento das respectivas indemnizações aos trabalhadores.

- Se for trabalhador independente (a recibos verdes ou empresário em nome individual), a responsabilidade pelo pagamento das indemnizações é da companhia de seguros onde se encontre segurado.

Nota: A Segurança Social pode, **provisoriamente**, pagar subsídio de doença enquanto não se encontra reconhecida a responsabilidade de quem deve pagar a indemnização. No entanto, logo que seja reconhecida a responsabilidade pelo pagamento da indemnização ou esta seja paga, cessa o pagamento provisório do subsídio e a segurança social tem direito ao reembolso do que pagou com o limite do valor da indemnização.

No caso de trabalhadores independentes, a concessão provisória do subsídio de doença depende da existência de seguro válido de acidentes de trabalho.

Atenção: Sempre que os beneficiários estejam a receber indemnizações das companhias de seguros, por perda de rendimento de trabalho, durante o tempo que estão de baixa, devem ser enviadas à Segurança Social as respectivas declarações com o valor(es) recebido(s), para que se não verifiquem falhas no seu período contributivo.

Se a incapacidade foi resultante de acto da responsabilidade de terceiro (ex.: acidente de viação, atropelamento, agressão, etc.)

A responsabilidade pelo pagamento da indemnização ao beneficiário é da pessoa causadora do acidente ou da companhia de seguros para a qual tenha transferido a responsabilidade do mesmo.

Nota: A Segurança Social pode, **provisoriamente**, pagar subsídio de doença enquanto não se encontra reconhecida a responsabilidade de quem deve pagar a indemnização. No entanto, logo que seja reconhecida a responsabilidade pelo pagamento da indemnização ou esta seja paga, cessa o pagamento provisório do subsídio e a segurança social tem direito ao reembolso do que pagou com o limite do valor da indemnização.

Atenção: Os períodos de incapacidade por acto de responsabilidade de terceiro com direito a indemnização consideram-se equivalentes à entrada de contribuições, havendo lugar ao registo de remunerações por equivalência durante esses períodos.

Até quando se pode pedir

O CIT tem de ser enviado à Segurança Social **no prazo de 5 dias úteis** a contar da data em que é passado pelos serviços médicos.

Nota: Caso o beneficiário entregue o CIT fora de prazo, não perde o direito ao subsídio de doença. No entanto, o subsídio só é pago a partir da data em que o CIT foi enviado para os serviços de segurança social e até ao final do período de incapacidade fixado no CIT, deduzido o período de espera. O período de espera para os trabalhadores por conta de outrem é de três dias, para os trabalhadores abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores independentes e regime de inscrição facultativa (inscritos marítimos e bolseiros de investigação) é de 30 dias.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Como se calcula o valor do subsídio

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quando se recebe o primeiro pagamento?

Quanto se recebe?

Depende da duração da doença.

| Duração da doença | Recebe |
|--------------------------|---|
| Até 90 dias | 65% da <i>remuneração de referência</i> |
| De 91 a 365 dias | 70% da <i>remuneração de referência</i> |
| Mais de 365 dias | 75% da <i>remuneração de referência</i> |

Nota: Em caso de tuberculose, recebe outros valores.

No mínimo recebe:

€ 4,19 por dia (30% do valor diário do Indexante dos Apoios Sociais - IAS - fixado para 2010) ou 100% da remuneração de referência líquida (se este valor for inferior a € 4,19).

Outros limites ao valor do subsídio

Se acumular subsídio de doença com indemnizações por doença profissional ou acidente de trabalho, o valor das indemnizações é descontado ao valor do subsídio.

Como se calcula o valor do subsídio

1. Soma todas as remunerações dos primeiros 6 meses dos últimos 8 a contar do mês anterior àquele em que teve de deixar de trabalhar (excepto os subsídios de férias e Natal). Por exemplo, se ficou doente a 7 de Agosto de 2008, somará as remunerações de 1 de Dezembro de 2007 a 31 de Maio 2008.
2. Divide o total da soma por 180. Este valor é a *remuneração de referência* (R/180).

Nota: O montante diário do subsídio de doença não pode, em qualquer caso, ser superior ao *valor líquido* da remuneração de referência que serviu de base de cálculo.

O **valor líquido da remuneração de referência** obtém-se pela dedução à remuneração de referência ilíquida do valor da taxa contributiva para segurança social a cargo do trabalhador e da taxa de retenção do IRS.

3. Multiplica o valor obtido por 0,65 (ou 0,70 ou 0,75, conforme a duração da doença) e obtém o montante diário de subsídio (quanto recebe por dia).

Se não tiver 6 meses de descontos na Segurança Social e tiver estado abrangido por outro sistema de protecção social obrigatório (nestes casos, contam para o prazo de garantia os períodos em que esteve a descontar para outro sistema de segurança social)

1. Soma todas as remunerações registadas no sistema de segurança social desde o início do período de referência até ao início do mês em que fica doente (excepto os subsídios de férias e Natal).
2. Divide-as por 30 x n (nº de meses a que as mesmas se referem). Este valor é a *remuneração de referência* (R/30 x n).
3. Multiplica o valor obtido por 0,65 (ou 0,70 ou 0,75, conforme a duração da doença) e obtém o montante diário de subsídio (quanto recebe por dia).

Se for profissional de espectáculos

1. Soma todas as remunerações dos primeiros 12 meses dos últimos 14, a contar do mês anterior àquele em que ficou doente (excepto os subsídios de férias e Natal).
2. Divide o total da soma por 360. Este valor é a *remuneração de referência* (R/360).
3. Multiplica o valor obtido por 0,65 (ou 0,70 ou 0,75, conforme a duração da doença) e obtém o montante diário de subsídio (quanto recebe por dia).

Se for profissional de espectáculos e estiver inscrito há menos de 1 ano ou tiver tido uma interrupção nos seus descontos para a Segurança Social de 6 meses ou mais

1. Soma todas as remunerações registadas desde a data de início ou reinício dos descontos (excepto os subsídios de férias e Natal).
2. Divide-as por 30 x n (nº de meses desde essa data). Este valor é a *remuneração de referência* (R/30 x n).
3. Multiplica o valor obtido por 0,65 (ou 0,70 ou 0,75, conforme a duração da doença) e obtém o montante diário de subsídio (quanto recebe por dia).

Durante quanto tempo se recebe?

| | |
|---|-----------------------------|
| Trabalhadores por conta de outrem (a contrato) Trabalhadores marítimos e vigias nacionais que trabalhem em barcos de empresas estrangeiras | Podem receber até 1095 dias |
| Trabalhadores independentes (a recibo verde ou empresários em nome individual) Bolsseiros de investigação científica | Podem receber até 365 dias |
| Baixa por tuberculose | Sem limite de tempo |

A partir de quando se tem direito a receber?

| | |
|--|---|
| Trabalhadores conta de outrem (a contrato) | A partir do 4º dia em que não possa trabalhar |
| Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) traga a indicação de que se trata de uma baixa inicial, o Subsídio de Doença só é pago a partir do 4.º dia. No entanto, receberá o Subsídio de Doença desde o primeiro dia de incapacidade nas seguintes situações: internamento hospitalar, tuberculose, cirurgia de ambulatório ou doença que comece quando ainda se encontra a receber Subsídio Parental e ultrapasse o termo deste período. | |
| Trabalhadores independentes (a recibo verde ou empresários em nome individual) Beneficiários do seguro social voluntário | A partir do 31º dia em que não possa trabalhar |
| Nota: Sempre que o Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) traga a indicação de que se trata de uma baixa inicial, o Subsídio de Doença só é pago a partir do 31.º dia. No entanto, receberá o Subsídio de Doença desde o primeiro dia de incapacidade nas seguintes situações: internamento hospitalar, tuberculose, cirurgia de ambulatório ou doença que comece quando ainda se encontra a receber Subsídio Parental e ultrapasse o termo deste período. | |
| Tuberculose Internamento hospitalar Cirurgia de ambulatório Doença que começa quando está a receber o subsídio parental e vai além deste período | A partir do 1º dia em que não possa trabalhar |
| Se não entregar o CIT no prazo dos 5 dias úteis | A partir da data em que o CIT foi enviado para a Segurança deduzido o períodos de espera. |

| | |
|---|---|
| <p>Se for trabalhador independente (a recibo verde ou empresário em nome individual) ou estiver abrangido pelo seguro social voluntário e não tiver a situação contributiva regularizada até ao termo do 3.º mês imediatamente anterior ao mês em que teve início a doença.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Se pagar as contribuições em dívida nos 3 meses, seguintes ao mês em que ocorreu a suspensão do subsídio: <ul style="list-style-type: none"> ○ A partir do 31º dia em que deixou de trabalhar por doença ○ A partir do 1.º dia em que deixou de trabalhar por doença se se tratar de tuberculose, internamento hospitalar, cirurgia de ambulatório ou doença que começa quando está a receber o subsídio parental e vai além deste período. • Se pagar as contribuições em dívida depois de terem passado 3 meses após o mês em que teve início a suspensão do subsídio, mas ainda dentro do período de concessão do subsídio: <ul style="list-style-type: none"> ○ O subsídio só é pago a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a regularização da—situação contributiva |
|---|---|

D2 – Como posso receber?

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

Nota Importante: A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

O cheque não à ordem:

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
 - Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
 - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”

- Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
 - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
 - Indique o seu **NIB**
-
- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em www.seg-social.pt, “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clique** em “Ver” (link directo em http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) .
 1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
 - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
 - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
 - Fotocópia de um cheque em branco.
 2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
 3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em www.seg-social.pt/atendimentos, consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público.
 - **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

D3 – Quais as minhas obrigações?

1. Só sair de casa:
 - para fazer tratamentos médicos **ou**
 - das 11h às 15h e das 18h às 21h, se o médico o autorizar no CIT (Certificado de Incapacidade Temporária).
2. Apresentar-se aos exames médicos para que seja convocado pelo Serviço de Verificação de Incapacidades (SVI)
3. Comunicar à Segurança Social no prazo de 5 dias úteis:
 - se estiver a receber a pré-reforma, pensões, indemnizações por acidente de trabalho (deve indicar quanto recebe e quem lhe paga)
 - a identificação do responsável e do valor da indemnização, nos casos em que houve pagamento provisório do subsídio por acidente de trabalho ou acto de responsabilidade de terceiro
 - se mudar de morada
 - se trabalhar, mesmo que não seja pago

- se for preso
- qualquer outra situação que faça com que deixe de ter direito ao subsídio de doença.

Nota: Os 5 dias úteis são contados da data de início da doença ou da ocorrência do facto, se este ocorrer mais tarde.

A comunicação de qualquer daqueles factos deve ser efectuada pelo próprio ou por quem o represente, através da entrega de documento escrito com indicação da data da ocorrência do mesmo.

A entrega do referido documento pode ser feita pessoalmente em qualquer Centro de Atendimento da Segurança Social ou enviada por correio para a morada do Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência.

D4 – Por que razões termina?

O pagamento do subsídio de doença é suspenso se...

O subsídio de doença termina definitivamente se...

O pagamento do subsídio de doença é suspenso se:

- Estiver a receber subsídio de parental ou por adopção
- Sair de casa, fora dos períodos previstos, sem autorização expressa do médico
- Faltar a um exame médico pedido pelo Serviço de Verificação de Incapacidades (SVI)
- A comissão de verificação de incapacidades considerar que já não está doente
- For trabalhador independente (a recibos verdes ou empresário em nome individual) ou estiver abrangido pelo regime do seguro social voluntário e não tiver a situação contributiva regularizada até ao termo do 3.º mês **anterior** ao da incapacidade.

O subsídio de doença termina definitivamente se...

- Terminar o período indicado no certificado de incapacidade temporária para o trabalho (CIT)
- Os serviços de saúde ou a comissão de reavaliação considerarem que já não está doente
É indevido o valor do subsídio de doença que tenha sido pago ao beneficiário, respeitante ao período a seguir à data em que o Serviço de Verificação de Incapacidades declarou que já não está doente. Por esta razão o beneficiário pode ser notificado para proceder à sua devolução.
- Regressar ao trabalho por se sentir capaz de trabalhar
- Tiver trabalhado durante a baixa, mesmo que não haja provas de ter sido pago

- Não apresentar uma justificação para ter saído de casa fora dos períodos previstos ou ter faltado a um exame médico para o qual tenha sido convocado
- Não pedir a reavaliação da decisão da comissão de verificação de não lhe manter a baixa.
- For trabalhador independente (a recibos verdes ou empresário em nome individual) ou estiver abrangido pelo seguro social voluntário e tiver a situação contributiva irregular até ao termo do 3.º mês imediatamente anterior ao mês em que teve início a doença e não a regularizar nos 3 meses **seguintes** ao mês em que tenha ocorrido a suspensão do subsídio de doença.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro

Regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro

Orçamento do Estado para 2011.

Portaria n.º 1458/2009, de 31 Dezembro

Mantém, em 2010, o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS) fixado em 2009

Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro (artigos 17.º a 24.º) e art.º 254.º, n.º 3, do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro

Portaria n.º 1514/2008, de 24 Dezembro

Actualiza o Indexante de Apoios Sociais (IAS), para o ano 2009.

Portaria n.º 91/2007, de 22 de Janeiro

Procedimentos de verificação da incapacidade por doença, por iniciativa da entidade empregadora

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro

Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regras da sua actualização e das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Decreto-Lei n.º 98/2005, de 16 de Junho

Protecção na doença para os trabalhadores no domicílio.

Portaria n.º 337/2004, de 31 de Março

Regulamenta o regime de protecção social na doença.

Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 146/2005, de 26 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 302/2009, de 22 de Outubro

Regime jurídico de protecção na doença.

E2 – Glossário

Certificado de Incapacidade Temporária (CIT)

É o documento passado pelo médico que tem de enviar à Segurança Social para ter direito ao subsídio de doença.

Certificado de Incapacidade Temporária (CIT), além de confirmar a incapacidade do beneficiário e a natureza da doença, indica também se se trata de uma **baixa inicial** (início da incapacidade) ou de uma **prorrogação** (prolongamento) da baixa.

Índice de profissionalidade

O número mínimo de dias que tem de ter trabalhado nos últimos meses para ter direito ao subsídio de doença (12 dias nos primeiros quatro meses dos últimos seis, a contar do início da baixa). Estes seis meses incluem o mês em que deixa de trabalhar por doença).

Meses Cívís

São os meses do ano (Janeiro, Fevereiro, etc.).

Prazo de garantia

É o período mínimo de trabalho com descontos para a Segurança Social que é necessário para ter acesso a um subsídio.

Remuneração de referência

Geralmente, é quanto a entidade empregadora declarou à Segurança Social, em média por dia nos primeiros 6 meses dos últimos 8 (a contar do mês anterior àquele em que deixou de trabalhar por estar doente).

Remuneração de referência líquida

Remuneração de referência menos os descontos para a Segurança Social e o IRS.

Empresário em nome individual

Pessoa que é o único proprietário de uma empresa

Perguntas Frequentes

1. Para ter direito ao subsídio de doença basta-me ter seis meses de descontos para a Segurança Social em qualquer altura?

R: Não. Se quando começou a baixa, já não descontava há *seis meses seguidos* para a Segurança Social, necessita de cumprir novo prazo de garantia, que começa a contar a partir da data em que ocorra um novo desconto e, em simultâneo, ter trabalhado 12 dias (índice de profissionalidade), nos 4 meses imediatamente anteriores ao mês que antecede o da data da baixa.

Ex: Um beneficiário iniciou uma incapacidade em 01/02/2009.

No ano de 2008, têm contribuições nos meses de Janeiro/2008 a Maio/2008, e só volta a descontar em 1 Dezembro de 2008.

Como decorreu um período de seis meses, consecutivos, sem descontos, o beneficiário não tem direito ao subsídio de doença, porque necessita de cumprir novo prazo de garantia,

Se continuasse a descontar normalmente de Dezembro/2008 a Maio/2009, teria direito a subsídio de doença, se a incapacidade ocorresse em Junho/2009.

2. Se estiver com baixa e for trabalhar porque me sinto melhor, mas, se houver um agravamento no meu estado de saúde, tenho de descontar mais seis meses para ter direito ao subsídio de doença?

R: Só têm de descontar mais seis meses, se tiver esgotado o período máximo de concessão do subsídio de doença (1095 dias para trabalhadores contratado, 365 dias se for trabalhador independente. Nas outras situações, apenas precisa de ter trabalhado 12 dias (índice de profissionalidade), nos 4 meses imediatamente anteriores ao mês que antecede o da data da baixa.

No entanto, se não tiverem decorridos 60 dias entre as duas baixas, não precisa de trabalhar 12 dias para ter direito ao novo subsídio de doença.

3. Se tiver várias baixas, somam-se os dias de todas as incapacidades até atingir o período máximo de concessão (1095 dias ou 365, se for independente do regime alargado), do subsídio de doença?

R: Sempre que entre duas incapacidades não tiverem decorrido 60 dias, somam-se, sempre, o número de dias da “baixa” anterior com o número de dias da nova “baixa”, contando o total para a atribuição do limite máximo de pagamento de subsídio de doença.

Desde que decorram mais de 60 dias entre as duas baixas, inicia-se um novo período de contagem.

A atribuição de subsídio parental ou por adopção suspende a contagem do período **máximo de concessão do subsídio de doença**. Ou seja, os dias em que estiver a receber subsídio parental ou por adopção não são considerados para efeitos da contagem do período máximo de concessão do subsídio de doença (Artigo 23.º Decreto-Lei n.º 28/2004 de 4 Fevereiro).

4. Se eu estiver de atestado (baixa) para prestar assistência à minha mãe, pai, cônjuge ou companheiro(a), tenho direito a receber subsídio da segurança social?

R: Não. Quando os beneficiários estão com baixa para assistência a familiares, se se tratar de um ascendente (por exemplo avó, avô, pai, mãe, sogro, sogra, padrasto ou madrastra) ou em 2.^a linha colateral (irmãos, irmã, cunhado ou cunhada) ou para assistência a **cônjuge ou companheiro(a)**, o certificado de incapacidade para o trabalho apenas têm como finalidade a justificação de faltas junto da entidade patronal, não havendo direito a qualquer subsídio da segurança social.

5. Durante o período em que estou a receber prestações de desemprego há “registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições”, ou seja, contam como dias em que descontei para a Segurança Social para efeitos de protecção na doença?

R: Sim. Os dias em que está a receber prestações de desemprego também contam como dias em que descontou para a Segurança Social, sendo relevantes para efeitos de prazo de garantia e cálculo do subsídio de doença, mas não relevam para índice de profissionalidade, uma vez que para o **índice de profissionalidade** têm de ter 12 dias de trabalho efectivamente prestado nos primeiros quatro meses dos últimos seis anteriores do início da baixa.

6. Os valores que recebo da Segurança Social a título de Subsídio de doença devem ser declarados para efeitos de IRS?

R: Não. Presentemente, os valores recebidos a título de subsídio de doença não são declarados para IRS.